

Entre experiências do tempo e (re) configurações da nação: leituras da história em face da construção da nação nos discursos de “Brasil” em Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda

Entre experiencias de tiempo y (re)configuraciones de la nación: lecturas de la historia frente a la construcción nacional en los discursos de “Brasil” en Oliveira Vianna y Sérgio Buarque de Holanda

Between experiences of time and (re)configurations of the nation: interpretations of history in the process of national construction in the discourses of “Brazil” in Oliveira Vianna and Sérgio Buarque de Holanda

AUTOR

Daniel Machado Bruno*

daniel.mbruno7@gmail.com

* Doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Bolsista CNPq.

RESUMO:

Neste texto propomos um exercício hermenêutico dialógico entre os discursos de dois intérpretes da sociedade brasileira no século XX, Francisco José de Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda. Para tanto, nossa proposta reside em uma aproximação analítica entre textos desses pensadores com vistas a compreender suas leituras da história nacional associadas ao desafio teórico-político de construção da nação brasileira. Por esse ângulo metodológico, as implicações entre história, política e cultura podem ser visualizadas desde o plano ensaístico dessas interpretações históricas do pensamento social, cujo impacto ainda hoje nos é, de certo modo, contemporâneo.

RESUMEN:

En este texto proponemos un ejercicio hermenéutico y dialógico entre los discursos de dos intérpretes de la sociedad brasileña del siglo XX, Francisco José de Oliveira Viana y Sérgio Buarque de Holanda. Para ello, nuestra propuesta consiste en una aproximación entre los textos de estos pensadores para comprender sus lecturas de la historia nacional asociada al desafío teórico-político de construcción de la nación brasileña. Desde este ángulo metodológico, las imbricaciones entre historia, política y cultura pueden visualizarse desde el plano ensayístico de ambas interpretaciones históricas del pensamiento social, cuyo impacto, todavía hoy, en cierto modo, es contemporáneo.

ABSTRACT:

In this text we propose a hermeneutic and dialogical exercise between the discourses of two interpreters of Brazilian society in the twentieth century, Francisco José de Oliveira Vianna and Sérgio Buarque de Holanda. In this regard, our proposal lies in an analytical approach between texts of these thinkers in order to understand their interpretations about national history associated to the theoretical-political challenge of building the Brazilian nation. From this methodological angle, the imbrications between history, politics and culture can be reviewed from the essayistic plan of these historical interpretations of social thought, whose impact is still contemporary to us.

1. Introdução

A mola que despoleta a acção está assente num capital acumulado de histórias. Só há horizonte se houver percurso. A expectativa merece-se. Por consequência, só está aberto o futuro para um presente que saiba previamente reconhecer os futuros, cumpridos e incumpridos, do seu próprio passado.

Rui Cunha Martins

Em incisivo ensaio de crítica à obra de Tristão de Ataíde (pseudónimo de Alceu Amoroso Lima), publicado em 1931, Mário de Andrade logrou avançar para além da análise da produção intelectual do pensador católico e realizou uma leitura de “balanço” sobre o então “Brasil”, perspectivado como problema de construção literário-sociológica em seu texto. Disse Andrade que,

Nesta barafunda, que é o Brasil, os nossos críticos são impelidos a ajuntar as personalidades e as obras, pela precisão ilusória de enxergar o que não existe ainda, a nação. Daí uma crítica prematuramente sintética, se contentando de generalizações muitas vezes apressadas, outras inteiramente falsas. (...) Quando a atitude tinha de ser de análise das personalidades e às vezes mesmo de cada obra em particular, eles sintetizavam as correntes, imaginando que o conhecimento de Brasil viria da síntese. Ora tal síntese era, especialmente em relação aos fenómenos culturais, impossível: porque, como sucede com todos os outros povos americanos, a nossa formação nacional não é natural, não é espontânea, não é, por assim dizer, lógica. Daí a imundície de contrastes que somos. Não é tempo ainda de compreender a alma-brasil por síntese (Andrade, 1974, p. 8).

Deste excerto recolhido, ecoa do escrito o gesto hermenêutico-político de interpretação do Brasil como correlato à desordem (“nesta barafunda”), à indeterminação identitária (“a imundície de contrastes que somos”) e à ausência de sentido, um significante vazio de nação (“não é tempo ainda de compreender a alma-brasil por síntese”). Colocado nesses termos, pode-se depreender que todo esforço sintético de interpretar o país era, até aquele período, segundo Andrade, artificial, na medida em que se deparava com um “signo” por ser constituído em um tempo futuro que não o contemporâneo: o Brasil-nação.

Essa posição interpretativa um tanto cética foi, não obstante, contrastada no mesmo decênio (nos anos 1930) por uma rede de textos que, apesar de suas dissidências políticas e teóricas em termos de diagnósticos e de proposições de futuro, caracterizaram-se justamente por postular a existência e, sobretudo, ensaiar a compreensão do Brasil como nação em processo factual de (re)construção. Nesse sentido, a produção intelectual da década de 1930 visava a repensar a nação desde uma perspectiva histórica, para a qual invocou, portanto, a mobilização do fator “tempo” no âmbito de uma problemática específica – a construção (discursiva) da nação¹ –, objeto em disputa nos debates intelectuais e políticos daquele contexto.

Nesse âmbito, modos divergentes de conceber a experiência histórica foram efetuados em cada escrita da história nacional nas interpretações concorrentes elaboradas naqueles anos. Para compreendê-las, apoiamo-nos na formulação dos *regimes de historicidade* propostos pelo historiador François Hartog (2013) em torno à questão da implicação política da escrita histórica. Concebe-se que:

PALAVRAS-CHAVE

Oliveira Vianna;
Sérgio Buarque
de Holanda;
pensamento
social brasileiro;
leituras da
história;
construção da
nação.

PALABRAS CLAVE

Oliveira Vianna;
Sérgio Buarque
de Holanda;
pensamiento social
brasileño; lecturas
de la historia;
construcción de la
nación.

KEYWORDS

Oliveira Vianna;
Sérgio Buarque de
Holanda; Brazilian
social thought;
interpretations of
history; nation-
building.

Recibido:
29/10/2019

Aceptado:
13/05/2020

(...) um regime de historicidade é apenas uma maneira de engrenar passado, presente e futuro ou de compor um misto das três categoriais, justamente como se falava, na teoria política grega, de constituição mista (misturando aristocracia, oligarquia e democracia, sendo dominante de fato um dos três componentes) (Hartog, 2013, p. 11). (...) Partindo de diversas experiências do tempo, o regime de historicidade se pretenderia uma ferramenta heurística, ajudando a melhor apreender, não o tempo, todos os tempos ou a totalidade do tempo, mas principalmente momentos de crise do tempo, aqui e lá, quando vêm justamente perder sua evidência as articulações do passado, do presente e do futuro (Hartog, 2013, p. 37).

Mediante os designados *regimes de historicidade*, articulam-se enlases combinatórios entre as dimensões particulares do tempo (do passado ao futuro) de modo a demarcar, ainda que provisoriamente, tópicos como a composição política, identitária e social da nação. Desse enlace, compreende-se que em função da projeção do horizonte de futuro da sociedade aspira-se a expectativas que filtram (e demandam) a leitura do "passado" que se pretende selecionar e valorizar. Nesse âmbito que ingressamos, é a articulação discursiva (a produção do discurso de interpretação) que realiza efetivamente essas leituras que compõem reminiscências do passado e projeções de futuro. No caso brasileiro, cenário de análise deste artigo, já se concebeu largamente na historiografia (Ianni, 2000; Ricupero, 2007; Santos, 1978) os anos 1930 como um dos períodos de maior relevância na produção crítica de pensamento na escala nacional, o que justifica nossa preocupação em problematizá-lo a partir de uma de suas questões-chave: a configuração da *nação*.

A esse respeito, do ponto de vista político, o saldo crítico da experiência republicana (da Primeira República) estava em jogo na apreciação das obras do debate intelectual. É nesse contexto de *crise*² (de potencial *crítico*, portanto) multifatorial do regime liberal-republicano dos anos 1920 (de âmbito institucional, social, econômico) que foram formulados os discursos de viés ensaístico que projetaram os futuros da nação, classificados posteriormente como cânones das "interpretações do Brasil" pelos intérpretes do chamado pensamento social e político nacional³.

Tais discursos (re)fundadores da nação produzidos naqueles anos *refundaram*, com efeito, a leitura histórica da sociedade a partir de um investimento crítico que tomou o sentido retrospectivo de inquérito das "raízes" da organização político-social moderna brasileira, entre os quais se destacam os pensamentos de Francisco José de Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda.

Alguns de seus livros emergiram nesse cenário de crítica social aberta⁴, como, por exemplo, *Problemas de Política Objetiva* (1930) e *O Idealismo da Constituição* (1939), de Oliveira Vianna, e *Raízes do Brasil* (1936), de Buarque de Holanda. Em discussão, estava a construção da comunidade nacional justamente no momento presente de crise que possibilitava reabrir e distensionar a perspectiva de um *quantum* de futuro a ser pensado e vislumbrado desde o presente da escrita. Nesses termos, nossa proposta visa compreender o modo de organização dos discursos em torno da questão da "ordem do tempo" que rege a nação, articulada a partir da tensão existente entre a mobilização das historicidades (enquanto *experiência do tempo* e *lastro do passado*) e a aspiração do futuro apresentado desde já (enquanto *expectativa*), da qual resulta, como saldo da ação política fomentada, a nação⁵.

Em contexto de franca aceleração do tempo⁶, do qual emergia um regime *moderno* de historicidade no país (de irrupção do Modernismo, da aspiração social da modernidade e do signo efetivo da modernização como projeto político de teor conservador-autoritário no governo varguista), os dois autores promoveram um balanço crítico de interpretação da história brasileira, por um lado, e o delineamento de possibilidades de reconfigurar a nação no presente, por outro. A nosso ver – e esta é a hipótese principal sustentada no artigo –, Oliveira Vianna e Buarque de Holanda articularam duas formas distintas de processamento político das mudanças sociais e culturais que atingiam a sociedade brasileira desde, pelo menos, o fenômeno da Abolição – por eles apontado como fato marcante de corte histórico. Em suas leituras, é possível identificar convergência em um ponto fundamental – o recurso cognitivo de mobilização da história na construção de seus discursos de interpretação, do qual decorrem duas variantes acerca do saldo político: a) o Brasil

da "tradição conservadora" construído em Vianna; e b) o Brasil das "sobrevivências arcaicas" na visão de Holanda, segundo nossa proposta de compreensão.

Nesse plano de análise, reforçamos que há vias de aproximação entre os discursos dos autores na medida em que ambos se utilizaram do argumento histórico como fundamento de sua interpretação política e social diante de um problema central a suas leituras: a (re)construção da nação, particularmente no âmbito de seu recorte político. As divergências entre seus textos, que são radicalmente importantes, encontram-se, como demonstraremos, sobretudo no constructo político projetado à nação, que se difere de modo fundamental se compreendidas no quadro de suas hermenêuticas da história brasileira. Assim, justifica-se a chave de leitura proposta em torno dos regimes de temporalidade a que os autores constroem em seus discursos sobre a nação, critério selecionado para a visualização comparativa de suas concepções políticas. Este é o itinerário que conduz nossa análise dos discursos sobre o Brasil produzidos pelos intelectuais.

2. Oliveira Vianna e Buarque de Holanda: entre a "tradição" conservadora como constructo político "modernizador" e as "sobrevivências arcaicas" em face da dissolução das raízes culturais

As abordagens da formação histórico-política do Brasil feitas por Oliveira Vianna e Buarque de Holanda diagnosticaram, em marcante convergência, a precariedade da constituição da comunidade política como traço característico da sociedade brasileira - ponto sob o qual os autores mobilizaram o exercício historiográfico de releitura do passado a serviço do desafio de reconstrução presente que demarcava o designado campo do pensamento social e político nacional nos anos 1930. Há em seus discursos um questionar profundo da cultura vigente no país, sobretudo na implicação das práticas políticas que habitaram correntemente a esfera da sociedade, que remontaria à experiência histórica formativa de moldes *insolidaristas* (na interpretação de Vianna) e *cordiais* (na proposição de Holanda)⁷. Sob conceitos diferentes, porém relativos a um mesmo plano ontológico - de formação da sociedade, do universo do *político*, conforme as teorias políticas contemporâneas têm designado o fenômeno⁸ -, essas noções (o "espírito de clã" e a cordialidade) emergem como imagens típicas de compreensão de uma determinada forma cultural que orientaria as condutas políticas reinantes na sociedade - "privatistas, particularistas e facciosas", se reproduzirmos as linguagens manejadas por ambos.

A análise de seus textos publicados nesse período, aqui examinados, sugere fortemente a existência de um fio condutor que entrelaça as dinâmicas culturais e políticas inscritas na sociedade de modo a constituírem um amálgama que entrava a construção da nação; trata-se de um substrato que comporta traços culturais e práticas políticas que se repetem no plano social a ponto de sua superação ser colocada como imperativo do presente. Dadas as suas modulações na perspectiva política distinta entre os autores, nossa hipótese é a de que a superação desse drama (a um só tempo cultural e político, coligados) passa por diferentes articulações⁹ entre o saldo da experiência histórica e a (re)configuração política da nação em seus discursos.

Em seu trabalho *Problemas de política objetiva* (1930), Vianna aponta o diagnóstico da imagem-símbolo da "falta" que assola a sociedade - a "ausência de tradições cívicas, da nossa incultura democrática, principalmente de nossos costumes de facciosismo e politicagem" (Vianna, 1930, p. 43) -, e mobiliza uma explicação histórica para esses problemas detectados no presente. Veja:

Não temos o sentimento dos grandes deveres públicos; como não temos o sentimento da hierarquia e da autoridade; o respeito subconsciente da lei; a consciência do poder público como força de utilidade social. Nenhum desses sentimentos existem em nós, pelo menos na sua forma objetiva, prática, militante, como os vemos exibirem-se, por exemplo, nas sociedades saxônicas dos dois mundos (Vianna, 1930, pp. 40-41).

Esse substrato político de componente cultural a que nos referimos anteriormente é formulado segundo a ideia da falta de "consciência do poder público", vinculado à formação histórica da sociedade, sendo

pensado desde Vianna como um traço característico da nossa "cultura política", termo que o autor emprega para classificar esse complexo de caracteres que, segundo sua visão, demarcava a singularidade do "povo" brasileiro. Assim, a crítica política em seu pensamento assenta-se em uma análise do passado expressa a partir de uma gramática conceitual que aponta "males" da formação histórica.

Dos males, o significado construído está permeado pelo "rudimentarismo da cultura política do próprio povo" (Vianna, 1930, p. 54). A assertividade identitária que resulta – identificada pela singularização da experiência nacional, na qual o adjetivo "nacional" recebe grande carga – essencializa a "realidade" brasileira, constituindo-a de sentidos fixados que pesam sobre o presente em contraposição às realidades dos países estrangeiros (no caso, os países anglo-saxônicos, Estados Unidos, Inglaterra, etc.). Segundo o autor,

Ora, essas qualidades cívicas – qualidades de "animal político" – tão fundamentais e eficientes nos povos anglo-saxões, cujas constituições políticas andamos a copiar, não existem em nosso povo. Corrijamos em tempo: existem; mas, em estado rudimentaríssimo, sem nenhuma capacidade normativa e orientadora. Nem as circunstâncias da nossa formação histórica permitiram que as adquiríssemos; nem os povos, de cujo caldeamento proviemos, as possuem com força bastante para nos transmitirem. Estamos ainda na fase do patriotismo tribal, da solidariedade do clã pessoal, principalmente do clã rústico, parental, senhorial ou eleitoral, e não vamos além (Vianna, 1930, p. 39).

Esse apontamento, que discerne as qualidades cívicas da sociedade brasileira em torno a um diagnóstico extraído, pode ser aproximado do diagnóstico que poucos anos depois Sérgio Buarque fez da formação cultural do país. Desde a abertura do ensaio *Raízes do Brasil* (1936), o autor elabora uma profunda crítica cultural que manifesta a constatação de certo artificialismo do *modus vivendi* brasileiro, em expressão que se tornaria clássica do livro – "somos ainda hoje uns desterrados em nossa própria terra" (Holanda, 2014, p. 35). Buarque de Holanda identificou a vigência contemporânea de heranças psicoculturais, identitárias e sociais da experiência colonial na fisionomia da nação que implicam o modo de ser brasileiro. Do presente ecoa, com efeito, um saldo existencial de exílio, desajuste e desorganização da vida experienciada em sociedade.

Essa interpretação nos interpela, de certo modo, ainda hoje justamente por efeito do enlace entre a problemática da identidade nacional – da "estética do exílio" que nos performa, como poderíamos colocar – e a organização política da sociedade, tendo em vista a falta de correspondência síncrona entre as formas políticas, culturais e socioeconômicas da nação, constatadas pela sugestão do artificialismo. À vista de compreender as "raízes" desse processo promotor da experiência generalizada do desajuste, o autor procedeu à leitura da história colonial no sentido de identificar o complexo formativo da sociedade que, segundo sua lente, repercute, ainda, no tempo presente. Sendo assim, é por meio da mobilização da história que se verifica que:

À frouxidão da estrutura social, à falta de hierarquia organizada devem-se alguns dos episódios mais singulares da história das nações hispânicas, incluindo-se nelas Portugal e Brasil. Os elementos anárquicos sempre frutificaram aqui [no Brasil] facilmente, com a cumplicidade ou indolência displicente das instituições e costumes (Holanda, 2014, p. 37).

A dificuldade de formar arranjos permanentes e estáveis na estrutura social para além da esfera privada constituída de círculos familiares e íntimos impõe empecilhos à capacidade de organização social e política da nação, na medida em que exige renúncia ao espírito de personalismo, valor que, segundo o autor, é nobre à tradição cultural nacional que seria tributária do mundo ibérico:

A bem dizer, essa solidariedade, entre eles [espanhóis e portugueses], existe somente onde há vinculação de sentimentos mais do que relações de interesse – no recinto doméstico ou entre amigos. Círculos forçosamente restritos, particularistas e antes inimigos que favorecedores das associações estabelecidas sobre plano mais vasto, gremial ou nacional (Holanda, 2014, p. 45).

Conforme o excerto permite depreender, a condição que orienta as associações fora do âmbito familiar obedece a uma lógica particularista, informada nas relações primárias mesmo em plano onde se esperaria que a ação fosse orientada segundo modelos vinculados à ordem de interesses coletivos, impessoais. Como resultado dessa lógica cultural inscrita nas relações sociais brasileiras, persiste a órbita de heranças do passado remanescentes no presente de modo a repercutir no (mau) funcionamento da própria ordem política; eis o emaranhado político-cultural da nossa formação histórica.

Nesse sentido, a aproximação entre seus discursos reside, como se pode constatar, no recurso à leitura da história (em termos de complexo formativo desde a experiência colonial) que ampara o diagnóstico convergente de uma estrutura social formada, em geral, por relações primárias/particularistas que impõem entraves ao desenvolvimento. Assim como Oliveira Vianna, Buarque de Holanda também indica a existência de um substrato cultural de cuja falta de hierarquia organizada, predominância de interesses particulares e personalismo assumem tintas características e peculiares da nacionalidade brasileira. Em aproximação analítica, ao que Vianna designou "espírito de clã" – sentimento reduzido à fase da "solidariedade do clã pessoal", há no ensaio de Holanda a imagem típico-ideal equivalente de "cordialidade":

Nenhum povo está mais distante dessa noção ritualista [que o autor aproximação à noção de civilidade] da vida do que o brasileiro. Nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez (Holanda, 2014, p. 176). (...) Por meio de semelhante padronização das formas exteriores da cordialidade, que não precisam ser legítimas para se manifestarem, revela-se um decisivo triunfo do espírito sobre a vida. Armado dessa máscara, o indivíduo consegue manter sua supremacia ante o social (Holanda, 2014, p. 177).

Em ambos os casos, conceitua-se a supremacia do circuito de interesses privados ante a consolidação do espaço público (e do interesse público) na pólis. Nesse diagnóstico de linhas convergentes - da concepção de uma cultura personalista e privatista -, a operação política ensaiada em seus discursos diverge radicalmente, por outro lado: em Vianna, a proposta mobilizará a construção da tradição envolta a uma leitura da história que valoriza (no sentido de modernizar) a experiência do passado imperial; em Holanda, a hermenêutica histórica é alinhada à percepção da reconfiguração política como acontecimento em curso na sociedade, o que abre caminho à visualização de dois arranjos dissidentes, como veremos.

Em texto publicado em 1939, em versão aumentada e bastante revisada em relação à edição original de *O idealismo da Constituição* (1927), Vianna mobiliza desde o prefácio da obra o preceito da experiência histórica como diretriz de sua ação política orientada. Em sua interpretação,

Das nossas novas gerações, que agora se vão preocupando com os problemas da organização do Estado Nacional, poderíamos dizer o mesmo: é com a soma dos pequeninos grãos de verdade, colhidos nas jazidas da nossa experiência social, que elas hão de construir as eternidades da nossa estrutura política. O que as gerações anteriores têm arquitetado até agora, com materiais vindos de fora, não tem mostrado possuir condições de eternidade: são sempre, como se tem visto, criações de natureza perecível e transitória (Vianna, 1939, p. XIII).

O texto concede à história um papel pedagógico e propedêutico de fundamentação da ação política, conforme o excerto acima permite apontar, o que ganhara verniz científico no ambiente político-intelectual em que fora escrito, de erosão da experiência republicana de início do século XX (1889-1930). Ao saldo crítico dessa experiência histórica então recente, que demanda ação por parte dos atores sociais, o autor opera resgatando o que, em sua leitura, adquire valor legitimador de tradição: a construção de famílias políticas – o *idealismo orgânico* e o *idealismo constitucional* (utópico), na terminologia de sua interpretação - que representa um esforço de conexão com fontes de pensamento e ação inscritos no século XIX nacional que emergem, a partir de sua narrativa, como modelo e inspiração ao *modus operandi* contemporâneo.

Vianna mobiliza a releitura da história brasileira fundamentando-se no princípio de usar a "sabedoria" da experiência histórica – reatualizando a velha máxima ciceroniana da *história como mestra da vida* – em

seu objetivo de concretizar meios políticos para a realização da "integração definitiva de nacionalidade" (Vianna, 1930, p. 61). Sua problemática de construção da nação pode ser mais bem colocada do seguinte modo: trata-se de como conciliar as características culturais historicamente cristalizadas na sociedade a um modelo que possibilite consolidar a ordem política em escala nacional?

Nesse sentido, a instituição dos *idealismos* – suas vertentes de tradições políticas – acentua a presença do passado (de uma de suas tradições) na construção do futuro. Por meio de seu uso, Vianna propôs a reconstituição de determinada tradição do passado (a versão do idealismo orgânico) como inspiração à reconstrução da nação. Os idealismos, conforme designa, não necessariamente incorrem na apropriação de modelos ideais e externos à realidade social vivida tendo em vista a construção política de uma sociedade distinta (este seria, nessa via reflexiva, o equívoco da versão utópica do idealismo político). O idealismo, em sentido positivo e sob valor normativo atribuído à versão orgânica, constitui-se como aspiração político-doutrinária vinculada à evolução da própria sociedade nacional, representando "visões antecipadas de uma evolução futura" (Vianna, 1939, p. 11).

A projeção evolutiva da sociedade constituinte do denominado "idealismo orgânico" demarca a concepção organicista que rege seu pensamento, por um lado, ao vislumbrar a sociedade como "organismo social" em processo de evolução e, por outro, a constatação de uma ausência fundante: a de que se trata de um ambiente social cujo "povo [seria] novo, ainda em formação, cujas classes sociais, mesmo as mais elevadas, não tivessem tido tempo histórico para adquirir sequer uma mediana educação política" (Vianna, 1939, p. 9). Segundo o autor apresenta,

Há, então, duas espécies de idealismo: a) o idealismo *utópico*, que não leva em conta os dados da experiência; b) o idealismo *orgânico*, que só se forma de realidade, que só se apoia na experiência, que só se orienta pela observação do povo e do meio. Esta última forma de idealismo nunca a praticamos; aquela tem sido o nosso grande pecado de cem anos. É justamente este apego ao idealismo utópico a razão única de não termos conseguido ainda, no longo espaço de mais de um século de independência, realizar a definitiva organização social e política do nosso povo (Vianna, 1939, pp. 12-13).

A partir da construção dessas categorias analíticas antagônicas da política nacional, Vianna engendrou a leitura da experiência do tempo que contrapõe o que seria habitual na vida social brasileira (daí o tom crítico à forma de idealismo que denomina "utópica", segundo o autor "aquela [que] tem sido o nosso grande pecado de cem anos") e, de outro modo, o que potencialmente seria não fosse o interregno liberal da política republicana ("esta última forma de idealismo nunca a praticamos"). Para Vianna, dever-se-ia prosseguir, nesse sentido, a obra iniciada pela linhagem política da "reação conservadora", daqueles

(...) que compunham o pequeníssimo núcleo, que se constituiu em centro de reação conservadora. Estes, não obstante a sua formação mental, tinham muito viva a consciência dos grandes objetivos do Estado em nosso povo: possuíam este sentido imperialista e nacionalista, quero dizer, este **sentido do poder central** e do seu papel na ordem política e social do país, que caracteriza a mentalidade dos grandes estadistas do Império, de tipo construtivo e conservador" (Vianna, 1939, p. 19). (...) Na verdade, os dois grandes objetivos do Estado em nosso povo são estes: **organização da ordem legal e consolidação da unidade nacional** – o que se traduz nestes dois outros: **organização da autoridade pública e hegemonia do poder central**. Tudo o que não for isto, toda ideologia política, que não objetive estes dois fins, que tente ou pretenda constituir o Estado sem dar preponderância a estes dois princípios ou a estes dois postulados fundamentais, é utópico" (Vianna, 1939, p. 35; grifos do autor).

A mobilização desse passado histórico como lastro propedêutico à ação política no presente – nesse caso, de recuperação da "mentalidade dos grandes estadistas do Império", como se verifica – constitui a operação de continuar e renovar a obra protagonizada pelos agentes "conservadores"; emerge assim o conceito político da tradição como esteio disponível à elite política contemporânea na narrativa do pensador. É no horizonte

da temporalização - da crise republicana, no caso brasileiro - que Vianna formula seu pensamento político "conservador", isto é, de atualização dessa tradição: não se trata de um regresso à experiência do período monárquico, mas, sim, trata-se, com efeito, de uma obra política de *modernização* - tomar como ponto de partida o exemplo daqueles estadistas que constituíam o núcleo da chamada "reação conservadora". Como sugeriu o historiador Reinhart Koselleck (2006), é justamente no horizonte da *temporalização* que se situa o movimento de *ideologização*: aplicado a essa análise, foi na erosão do sistema liberal da Primeira República que emergiu o fomento à ação conservadora - cuja construção categorial da tradição é um momento fundamental (e fundacional) de legitimação da ação política então em jogo.

A imagem construída em torno do "idealista orgânico", família que reúne, portanto, os estadistas imperiais e necessita, para o autor, ser reabilitada no período, expressa o valor pragmático que o passado assume na mobilização da história como experiência em seu pensamento. Desloca-se a experiência de reafirmação do passado enquanto tal para o âmbito pragmático de inspiração à ação presente, como modelo de aspiração ao futuro que é, antes de tudo, obra de continuidade:

Entretanto, esse idealista [o orgânico], assim tão ardentemente voltado para o futuro, não repudia o passado. Para ele, o passado é útil, o passado é precioso: nele é que vamos encontrar o arquivo das experiências feitas pela sociedade; nele, portanto, é que vamos buscar as lições dos nossos erros; nele é que vamos inquirir das diretrizes da nossa evolução futura. Sem esse retorno crítico ao passado, ficaríamos sem os elementos de referência com que nortear a nossa projeção para o futuro (Vianna, 1939, p. 205).

Mais importa reter desse excerto, no que concerne à finalidade de nosso texto, a noção de que o "arquivo das experiências" históricas está a serviço da projeção do futuro, isto é, organiza racionalmente a diretriz do projeto de (n)ação em vista e, do mesmo modo, é por ele organizado, na medida em que é em torno da visão projetiva (das aspirações do horizonte de expectativa) que se fomenta a releitura do lastro do passado brasileiro, selecionando acontecimentos e dados da realidade que constituem, por exemplo, o estatuto da estabelecida "tradição". Nesse sentido, ao mobilizar essa tradição, Vianna a inscreve como protagonista no âmbito da matriz identitária latino-americana (ou ibero-americana, como ele intercambia), opondo-se ao que até então seria hábito recorrente na leitura da realidade social local. O autor aponta que,

Nós, os ibero-americanos, se pecamos por alguma coisa, pecamos por exuberância de imaginação, principalmente no campo político. Estamos sempre na atitude alvoroçada de quem espera o advento próximo da idade de ouro de Saturno. Todas as utopias, as mais vagas, as mais abstratas, as mais estranhas, encontram asilo fácil, hospedagem carinhosa em nossa imaginação (Vianna, 1939, p. 311). (...) Neste encantamento pelo estrangeiro, que presumimos melhor, nesta fascinação pelo exótico, que presumimos mais perfeito, nós, os ibero-americanos, nos esquecemos de nós mesmos. Ora, isto é uma grande injustiça para com a nossa radiosa originalidade, para com o que há de grande e belo em nós mesmos (Vianna, 1939, p. 313).

Essa condição de "exílio" na própria terra - que parece ser invocada recorrentemente pela questão da identidade nacional nos países latino-americanos - é, em sua leitura, fruto da incapacidade de interpretação da realidade social que nos singularizaria enquanto "cultura", modo de ser e viver, o que gera, dessa forma, o alheamento da nossa "originalidade". Tal fato remonta o corte político ocasionado pelo processo de independência brasileira, que justificou a necessidade de "importação" das ideias e da institucionalidade estrangeira na configuração de uma sociedade que se pretendia afastar do passado (e legado) colonial, do qual se desejava categoricamente superar. Assim, ao mesmo tempo em que se justifica a obra de "importação" da geração que protagonizou a emancipação política, Vianna aponta a necessidade de superação dessa lógica idealista ("utópica", poder-se-ia acrescentar segundo sua terminologia) na tarefa contemporânea de remodelar a nação, um novo tempo da política nacional.

Para tanto, logo se verifica que "redescobrir" a condição de ser brasileiro e, portanto, ser ibero-americano segundo essa linha interpretativa, é indispensável à criação das condições de possibilidades do

desenvolvimento futuro da cultura nacional, desde que amparados por uma lógica operativa "orgânica", evolutiva. Na leitura do autor,

Praticada a rigor, esta concepção idealista [orgânica] será extremamente favorável ao desenvolvimento da nossa cultura nacional. Ela determinará, certamente, não direi uma renascença, mas um florescimento mais rápido, mais vivo, mais exuberante dos estudos americanistas. (...). Reconheceremos então que existe, entre todos os povos deste lado da América, um fundo comum de sentimentos, de aspirações e de ideais. Isto nos dará um outro e novo sentido da nossa própria originalidade, isto exaltará a nossos próprios olhos o valor e a grandeza da comunidade ibero-americana (Vianna, 1939, p. 315).

Nossa singularidade reside, de acordo com o que o excerto possibilita depreender, na condição cultural ibero-americana, afastada da Europa e da *outra* América (a de matriz saxônica). É nesse espectro que o autor se põe a mobilizar dispositivos analíticos do pensamento do argentino José Ingenieros como método de correção da (por ele diagnosticada) lente "idealista" com que nossos políticos republicanos enxergavam a realidade, segundo ele postulado *sine qua non* à adaptação ao meio social latino-americano - lócus onde floresce a originalidade em termos de valores culturais, políticos e historicidade. Assimilada a sua interpretação, a leitura sustentada por Ingenieros, ao privilegiar o âmbito discursivo do chamado "realismo" latino-americano, deságua no discurso político de Oliveira Vianna como fomento à ação de estruturar, no decurso do seu tempo, as bases da nação orgânica - transformá-la, enfim, de *expectativa em experiência* social nos anos 1930.

Se a construção da tradição conservadora emerge como conceito-chave na articulação de Vianna para saldar as raízes culturais privatistas, a operação política de Buarque de Holanda se afasta fundamentalmente ao se situar em outro quadro: na visão de que esse processo é menos construtivista - enquanto obra política capitaneada por agentes, como é pensado o papel do Estado em Vianna, por exemplo - e mais compreensivo de fatos sociais espontâneos que já estão em curso, segundo a leitura buarqueana. A cultura personalista de mesma forma diagnosticada em *Raízes do Brasil* pelo autor é lastreada pelo ambiente rural que recebe no texto o sentido de "sobrevivências arcaicas" que obstaculizam o desenvolvimento da nação.

A nação estava submetida, no momento presente, a um largo processo transicional de modificação das formas de vida na escala de um processo revolucionário, cujo desenraizamento provocado é responsável por deslocar as "sobrevivências arcaicas" diagnosticadas na forte presença de lógicas personalistas em meio à experiência de reconfiguração da nação - objeto alvo da designada "nossa revolução":

Essa vitória [de democratização do país] nunca se consumará enquanto não se liquidem, por sua vez, os fundamentos personalistas e, por menos que o pareçam, aristocráticos, onde ainda assenta nossa vida social. **Se o processo revolucionário a que vamos assistindo**, e cujas etapas mais importantes foram sugeridas nestas páginas, **tem um significado claro, será este o da dissolução lenta, posto que irrevogável, das sobrevivências arcaicas, que o nosso estatuto de país independente até hoje não conseguiu extirpar**. Em palavras mais precisas, somente através de um processo semelhante teremos finalmente revogada a velha ordem colonial e patriarcal, com todas as consequências morais, sociais e políticas que ela acarretou e continua a acarretar (Holanda, 2014, pp. 214-15; grifos do autor).

A estrutura rural de origem colonial, forjada na "comunidade doméstica" e cujas raízes concerniam à adaptação do transplante cultural lusitano ao meio tropical - caracterizado pela prevalência dos latifúndios como unidades da vida social, como microuniversos sociais de baixos vínculos associativos -, forneceu o modelo de configuração política da nação brasileira até então. Era esse cenário histórico de fundo o objeto do processo revolucionário sugerido como estando em acontecimento. Frente a esse quadro histórico, insere-se a seguinte problemática colocada pelo autor: "Como esperar transformações profundas em país onde eram mantidos os fundamentos tradicionais da situação que se pretendia ultrapassar?" (Holanda, 2014, p. 92).

O discurso buarqueano construiu, como possível equacionamento dessa questão, em nossa leitura, um modelo perspectivado de análise de processos histórico-sociais cuja dinâmica encontra-se em desdobramento no tempo presente, isto é, apresenta-se em período *transicional*. Em seu universo de ação, pelos efeitos potenciais de seu acontecimento, os processos modificam a ordem da sociedade e deslocam as raízes rurais e coloniais no bojo do fenômeno de transformação social. O *desenraizamento* então suscitado - que explica, por hipótese, a preocupação com as "raízes" desde o título do ensaio - não implica, como fora sugerido na fortuna crítica, a vitória de uma temporalidade linear e progressiva responsável pela superação unilateral da herança lusitana colonial por parte de alguma visão projetiva de "emergência da modernidade substantiva"¹⁰, como poderia se aventar.

A nosso ver, as problemáticas que Holanda procurou compreender e, por arrasto, as sugestões que seu texto oferece constituem, de modo diferente da proposta de Vianna na comparação, uma hermenêutica da experiência histórica que logra imbricar a coexistência de instituições legadas do passado (sob a feição das "sobrevivências arcaicas") na construção da modernidade. Essa dinâmica se realiza por meio de seu gradativo deslocamento no tempo presente, que passa a se constituir como temporalidade do processo instaurador da mudança social¹¹. Trata-se, por certo, da presença e coexistência de distintas temporalidades que conformam o *Brasil* de Buarque de Holanda, mais multifacetado se comparado à operação historiográfico-política de "resgate" das tradições intelectuais efetuada por Oliveira Vianna em resposta à demanda crítica do desafio aberto pelos tempos republicanos.

A escrita histórica de Holanda ao não aspirar resolver politicamente os dilemas abertos pelos câmbios profundos da sociedade desde o fim do século XIX (cuja Abolição era o marco fundamental), afastando-se nisso da posição vianniana no debate de formação nacional, indicou, por hipótese, os desafios e limitações que condicionavam a natureza e o ritmo desse processo introdutor de drásticas mudanças sociais em curso - como está implicitamente sugerido, aliás, no uso da expressão "revolução", noção que o autor utiliza. Para Holanda, a *revolução* significa a possibilidade de ajustar os ritmos dissonantes (heterogêneos e múltiplos) das dimensões da vida social, política e cultural da nação brasileira. Veja-se, portanto:

Se a data da Abolição marca no Brasil o fim do predomínio agrário, o quadro político instituído no ano seguinte [de instalação da República] quer responder à conveniência de uma forma adequada à nova composição social. Existe um elo secreto estabelecendo entre esses dois acontecimentos e numerosos outros uma revolução lenta, mas segura e concertada, a única que, rigorosamente, temos experimentado em toda a nossa vida nacional (Holanda, 2014, p. 203).

Essa leitura de transformação da sociedade como evento revolucionário se inscreve em um regime de historicidade aberto ao signo das mudanças, não orientado por uma "tradição" nacional voltada a historicidades do passado, se comparada à articulação histórica empreendida por Oliveira Vianna naquele mesmo contexto de debate durante os anos 1930. O presente, marcado por "heranças" (o que denota outra carga ideológica atribuída ao passado, de claro distanciamento na reflexão de Holanda), é a temporalidade agenciada pelos deslocamentos e dissoluções dos processos sociais cujo tecido histórico, ao ser remodelado, descortinará o florescimento de uma outra nação. E o passado, talvez, venha finalmente a se tornar assim espectro de um *novo* presente, sendo destituído do lugar de sobrevivências arcaicas que ainda (hoje?) ocupa.

3. Considerações finais: sobre os enlaces entre conceitos políticos e leituras da história

Como pondera Hartog ao propor a categoria "regime de historicidade" como forma de compreensão do tempo histórico vivido, "as relações com o tempo podem esclarecer, mas não se decretar" (2013, p. 247). As abordagens dos dois intérpretes do Brasil que aqui analisamos - Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda - procederam, cada um a seu modo, à interpretação da história nacional em face de uma visão projetiva da nação brasileira a qual serviu como filtro de leitura da experiência histórica do país. Construíram,

assim, sob perspectiva histórica, discursos que, ao operar sobre um momento de crise - a crise republicana dos anos 1920 -, realizam um saldo crítico dessa experiência mediante a mobilização de conceitos políticos claramente distintos: a recuperação da "tradição", a ser revitalizada e renovada no presente, no caso particular de Vianna; a aposta no deslocamento das "sobrevivências arcaicas" na fisionomia contemporânea em construção do país, em Holanda.

Nesse horizonte hermenêutico, intentamos compreender de forma comparada a interação dos autores em sua relação com a experiência do tempo através de suas modulações dos regimes de historicidade em discursos que ora se voltaram ao passado como inspiração ao futuro aspirado (o horizonte de expectativa da nação orgânica em Vianna), ora ao presente prenhe da experiência de desenraizamento do passado, no traçado de Holanda. Trata-se como propomos, respectivamente, de um discurso de *modernização* como obra de continuidade à determinada tradição política enraizada no modelo brasileiro (denominada idealista orgânica), o qual elaborou a imagem de um Brasil da "tradição conservadora", frente a outro que projetou o deslocamento do lastro histórico-cultural sob o regime de mudanças a que a nação passara a estar submetida em seu momento presente "revolucionário".

Nos dois casos em estudo, é o que se pretende que seja retido do quadro desse artigo, a operação de repensar o lastro do passado e projetar a nação em termos de sua reconfiguração assenta-se nos movimentos articulados de leitura da experiência histórica e de aspiração de expectativas que o saldo crítico da Primeira República possibilitou. Em ambos, os discursos formulados sob o signo decisivo da crise tornaram-se patrimônios simbólicos disponíveis à interpretação crítica da nação brasileira contemporânea.

NOTAS

¹ A cientista política brasileira Gabriela Nunes Ferreira (2010) chama a atenção para o caráter nuclear da reflexão sobre a "formação nacional" (e do correlato sintagma Estado-nação) no pensamento político e social brasileiro desde a virada do século XIX ao XX.

² Amparamo-nos na interpretação do filósofo brasileiro Ricardo Timm de Souza (2004) ao conceber a crise como oportunidade de transformação potencial do contexto em crítica.

³ Referimo-nos aos discursos das chamadas "interpretações do Brasil", como fora categorizado *a posteriori* pelos intérpretes do pensamento social brasileiro as obras canônicas que fundaram um modo de compreender o país enquanto complexo cultural, político e social dotado de uma historicidade singular que performara sua identidade nacional. Sobre essa perspectiva, ver Botelho & Lahuerta, 2005; Ribeiro, 2001; Ricupero, 2007.

⁴ Lembra-se aqui da leitura clássica sobre aquele período realizada pelo crítico literário Antônio Cândido, que tingiu o cenário com a expressão "atmosfera de fervor" (Cândido, 1984).

⁵ Utilizamos como aporte teórico-metodológico as noções formuladas pelo historiador alemão Reinhart Koselleck no que concerne à perspectiva historiográfica de indagação do tempo histórico a partir da articulação tensional existente entre "espaço de experiência" e "horizonte de expectativa" (Koselleck, 2006).

⁶ Sobre a perspectiva de aceleração do tempo histórico, Koselleck afirma que uma das características marcantes da modernidade processualmente inaugurada é traduzida em sua forma peculiar de percepção de um novo tempo qualitativo, cuja distância entre a experiência (o presente do passado) e a expectativa (o presente do futuro) aumenta progressivamente sob a ótica dos atores sociais, conforme a própria elaboração do conceito de "progresso" permite depreender (Koselleck, 2006, pp. 314-320).

⁷ Sobre essa possibilidade de aproximação analítica, consultar Castro Gomes, 2010.

⁸ Nessa perspectiva da teoria política contemporânea que formula o conceito do "político", incluem-se, por exemplo, os trabalhos do filósofo Claude Lefort e dos teóricos políticos Chantal Mouffe e Ernesto Laclau. Em nosso caso, referimos sobretudo o trabalho seminal de Mouffe (Mouffe, 2015).

⁹ Quando utilizamos a noção de "articulação", procuramos compreendê-la à moda do teórico indiano Homi Bhabha, para o qual a *articulação* assume o sentido de negar a ideia de uma essência ou identidade original histórica anterior ao ato de produção discursiva – adaptada ao caso em foco, importa preferir a máxima positivista da "história tal qual ela aconteceu" e adotar a perspectiva de que se tratam de novas interpretações

simbólicas introduzidas ao debate, a partir do qual as identidades tomam suas formas (Bhabha, 1998, p. 107).

¹⁰ Este é o ponto de vista defendido por Alfredo Cesar Melo, assim enunciado: "Crítico acerbo da herança ibérica - que havia legado ao Brasil o patrimonialismo e uma cultura política bastante autoritária - Sérgio Buarque vislumbrava no futuro uma progressiva dissolução desta herança, acompanhada por um contínuo processo de depuração da modernidade brasileira. [...]. Há pouca coexistência de tempos: a herança ibérica vai desaparecendo enquanto a modernidade tende a se afirmar" (Melo, 2006, p. 42).

¹¹ Sobre a discussão em *Raízes do Brasil* da resistência no presente de instituições sociais e políticas do passado, cuja lógica assentava-se no funcionamento de estruturas da época colonial, consultar a análise de Raymundo Faoro, amparada no conceito de "instituição" do filósofo Maurice Merleau-Ponty (Faoro, 2007, pp. 267-280).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andrade, M. de ([1943] 1974). *Aspectos da literatura brasileira* (5ª ed.). São Paulo: Martins Editora.
- Benjamin, W. ([1940] 1987). Sobre o conceito de história. Walter Benjamin. Obras escolhidas Magia e técnica, arte e política. *Ensaio sobre literatura e história da cultura* (Vol. 1, S. Paulo Rouanet, Trad., pp. 222-232). São Paulo: Brasiliense.
- Bhabha, H. K. (1998). *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Botelho, A., & Lahuerta, M. (2005). Interpretações do Brasil, pensamento social e cultura política: tópicos de uma necessária agenda de investigação. *Perspectivas*, vol. 28, 7-15.
- Brandão, G. M. (2007). Linhagens do pensamento político brasileiro. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Ed.
- Bruno, D. M. (2019). *O lugar de "Raízes do Brasil" no pensamento político e social brasileiro*. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Buarque de Holanda, S. ([1936] 2014). *Raízes do Brasil* (27ª ed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Buarque de Holanda, S. (1993). A herança colonial – sua desagregação. In S. Buarque de Holanda (Dir.). *O Brasil monárquico* (Tomo II, Vol. 1, Cap. I, pp. 9-39). Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil.
- Cândido, A. (1984). A revolução de 1930 e a cultura. *Novos Estudos CEBRAP*, 2(4), 27-36.
- Castro Gomes, A. de (2010). A experiência colonial e as raízes do pensamento social brasileiro: Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda. *Revista Portuguesa de História*, Universidade de Coimbra, t. XLI, 291-304.
- Castro Rocha, J. C. de (2008). O exílio como eixo: bem-sucedidos e desterrados ou Por uma edição crítica de *Raízes do Brasil*. In P. Meira Monteiro, & J. Kennedy Eugênio (Orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; RJ: EDUERJ.
- Certeau, M. de ([1982] 2000). *A escrita da história* (2ª ed., M. de Lourdes Menezes, Trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Cunha Martins, R. (2012). Expectativa, senso comum e decisão. In F. D. de Ávila Pozzebon, & G. Noronha de Ávila (Orgs.). *Crime e interdisciplinaridade: estudos em homenagem à Ruth M. Chittó Gauer* (pp. 19-43). Porto Alegre: EDIPUCR.
- Faoro, R. (2007). Sérgio Buarque de Holanda: analista das instituições brasileiras. In F. Konder Comparato (Org.). *A República inacabada* (pp. 267-280). São Paulo: Globo.
- Ferreira Nunes, G. (1996). A formação nacional em Buarque, Freyre e Vianna. *Lua Nova*, nº 37, 229-247.
- Ferreira Nunes, G. (2010). A relação entre leis e costumes no pensamento político e social brasileiro. In Ferreira Nunes, G., & Botelho, A. (Orgs.). *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil* (pp. 55-75). São Paulo: Hucitec, Fapesp.
- Gagnebin, J. M. (2006). Verdade e memória do passado. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34.
- Hartog, F. (2003). Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. *Revista de História USP*, nº 148, 09-34.
- Hartog, F. (2013). *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Ianni, O. (2000). Tendências do pensamento brasileiro. *Tempo Social*, 12(2), 55-74.
- Koselleck, R. (2006). *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio.
- LaCapra, D. (1998). Repensar la historia intelectual y leer textos. In E. Palti (Org.). *Giro Lingüístico e Historia intelectual*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes.
- Melo, A. C. (2006). Os mundos misturados de Gilberto Freyre. *Luso-Brazilian Review*, 43(2), 27-44.
- Mouffe, C. (2015). *Sobre o político*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- Oliveira Vianna, F. J. de ([1927] 1939). *O Idealismo da Constituição*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional.
- Oliveira Vianna, F. J. de (1922). *O idealismo na evolução política do Império e da República*. São Paulo: Biblioteca d' "O Estado de S. Paulo".
- Oliveira Vianna, F. J. de (1930). *Problemas de Política Objetiva*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Palti, E. J. (2007). Temporalidade e refutabilidade dos conceitos políticos. In J. Feres Júnior, & M. Jasmin (Orgs.). *História dos Conceitos: diálogos transatlânticos* (pp. 61-76). Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Ed. Loyola: IUPERJ.
- Ricupero, B. (2007). *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda.
- Rosa Ribeiro, M. T. (Org.). (2001). *Intérpretes do Brasil: leituras críticas do pensamento social brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto.

Santos, W. G. dos (1978). *A práxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa. Ordem burguesa e liberalismo político* (pp. 65-117). São Paulo: Duas Cidades.

Timm de Souza, R. (2004). *Sobre a construção do sentido: o pensar e o agir entre a vida e a filosofia*. São Paulo: Perspectiva.